



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**  
**FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP**  
**GESTÃO AMBIENTAL – GAM**

**AMANDA FEITOSA PASSOS**

**A IDENTIDADE AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CHAPADA DOS  
VEADEIROS ATRAVÉS DA VISÃO DOS NEDETS**

**PLANALTINA – DF**

**2016**

**AMANDA FEITOSA PASSOS**

**A IDENTIDADE AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CHAPADA DOS  
VEADEIROS ATRAVÉS DA VISÃO DOS NEDETS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Ambiental da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Mário Lúcio de Ávila

**PLANALTINA-DF**

**2016**

PASSOS, Amanda Feitosa

A identidade ambiental do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros através da visão dos NEDETS/ Amanda Feitosa Passos. Planaltina – DF, 2016. 42.p.

Monografia – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientador: Mário Lúcio de Ávila

1.Território. 2.Política pública. 3.Desenvolvimento territorial.  
4.Identidade ambiental. I. Passos, Amanda Feitosa. II. A identidade ambiental do Território Chapada dos Veadeiros.

**AMANDA FEITOSA PASSOS**

**A IDENTIDADE AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CHAPADA DOS  
VEADEIROS ATRAVÉS DA VISÃO DOS NEDETS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Banca Examinadora:

Planaltina-DF, 27 de junho de 2016.

---

Prof. Dr. Mário Lúcio de Ávila  
(Orientador)

---

Prof. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva  
(Examinador Interno)

---

Prof. MsC. Silvia Regina Starling Assad de Ávila  
(Examinador Interno)

À minha família, a quem devo tudo o que sou, por todo amor e cuidado e aos meus amigos, pelas alegrias, tristezas e momentos compartilhados.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, por renovar a cada dia a minha força e disposição, e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

Aos meus pais Roberto e Eva Passos que de forma especial e carinhosa me incentivaram e me encorajaram nos momentos de dificuldades, não medindo esforços pra que este sonho se realizasse. Obrigada por me apoiarem na escolha do curso, por acreditarem no meu potencial, por serem sempre presentes em minha vida e por cuidarem tão bem da nossa família, à vocês devo tudo o que sou.

Às minhas irmãs Isabella e Anna Flávia Passos, minhas melhores amigas, que me apoiaram em todas as minhas decisões e que dividiram comigo momentos de alegria e tristeza durante esses anos. Obrigada pelos conselhos, pelas palavras de amor e por estarem sempre comigo, você são as melhores do mundo. Obrigada aos meus familiares que me acompanharam e se preocuparam comigo sempre, orando pela minha vida e apoiando as minhas escolhas.

Ao meu namorado Pedro Cordenosi, que conheci na universidade e com quem eu quero dividir o resto da minha vida. Obrigada por toda compreensão, paciência, parceria, amizade e por me proporcionar os melhores momentos da minha vida. Você foi peça essencial para que eu completasse com êxito essa trajetória e não desistisse do curso, apesar das dificuldades e da distancia que eu percorria todos os dias.

Obrigada a todos os amigos que direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento. Em especial às amigas Érica e Carla, pela parceria em trabalhos acadêmicos e pelos momentos de lazer que foram essenciais neste percurso onde rimos, choramos e nos ajudamos mutuamente. À minha amiga Stefanie por ter contribuído para o aperfeiçoamento do meu trabalho. Aos amigos do Becultural e da LeDOC, que me ensinaram através de conversas informais que tivemos ao longo desses anos e que mudaram a minha forma de pensar e enxergar a vida.

Aos docentes do curso de Gestão Ambiental, pelas trocas de conhecimento e experiências que foram tão importantes na minha vida acadêmica/pessoal e contribuíram para o meu crescimento profissional. Dedico especial agradecimento ao professor Mário Ávila, orientador dedicado que com sabedoria e paciência soube conduzir os meus passos para o alcance de meus objetivos, acreditando

sempre no meu potencial. À professora Regina Coelly que me introduziu em projetos de pesquisa ao longo da graduação, os quais me proporcionaram conhecimento e aprendizado para que eu decidisse o melhor caminho a trilhar.

À Universidade de Brasília pelo ambiente de aprendizado proporcionado. Aos parceiros do NEDET por me auxiliarem no desenvolvimento do projeto e ao Território Chapada dos Veadeiros por ter servido como base para o meu projeto de pesquisa. Ao Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente, no qual estagiei por dois anos e pude obter experiência para colocar em prática os ensinamentos aprendidos em sala de aula.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

## RESUMO

A abordagem territorial é marcada pela busca da melhoria da qualidade de vida da população rural, através de políticas públicas destinadas a sociedade que reside no campo. No Brasil a política territorial teve início em 2003, a partir da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, órgão integrante do MDA, que desenvolveu uma estratégia com o objetivo de promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e do poder público nos territórios rurais, visando o desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional, entendendo o Brasil Rural como espaço de produção econômica, convívio social e de relação com a natureza. Desta maneira desenvolve-se ações na construção social representada pelo território, caracterizado por sua história, sua identidade e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos. O objetivo do estudo foi avaliar como se construiu a identidade do Território Chapada dos Veadeiros e verificar se a temática ambiental foi incorporada na sua concepção ou implementação. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a política territorial e sua aplicação no Território Chapada dos Veadeiros, além de entrevistas semi-estruturadas com atores relevantes para a pesquisa. Os resultados mostraram quais aspectos foram prioridade na inserção dessas políticas no território e o que não foi atendido ao longo desses anos. Além disso, pode-se perceber como os atores locais se identificam e qual a percepção conferida à população do território através de uma visão externa. Pode-se concluir que a identidade atribuída ao território não dialoga diretamente com a realidade dos atores locais e que a característica de território ambiental é uma concepção externa que é pouco incorporada nas políticas públicas que assistem o Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros.

Palavras-chave: Território. Política pública. Desenvolvimento territorial. Identidade ambiental.

## **ABSTRACT**

The territorial approach is marked by the pursuit of improving the rural population's quality of life through public policies to society who resides on the field. In Brazil, the regional policy began in 2003, from the Territorial Development Secretariat - SDT, a member agency of the MDA, which has developed a strategy in order to promote and support the initiatives of civil society and government in rural areas, aiming sustainable development, reducing regional and social inequalities and integration of regional dynamics to the national development process, understanding the Rural Brazil as economic production space, social interaction and relationship with nature. This develops actions in the social construction represented by the territory, characterized by its history, its identity and a population with relatively distinct social groups that relate internally and externally through specific processes. The aim of the study was to evaluate how to build the identity of the Territory Chapada dos and verify that the environmental theme was incorporated in their design or implementation. a literature on territorial policy and its application in the Territory Chapada dos, and semi-structured interviews with relevant stakeholders for the research was conducted. The results showed which aspects have priority in the integration of these policies in the territory and what was not met over the years. Moreover, it can be perceived as local actors and identify the perception given to the territory's population by an external view . It can be concluded that the identity assigned to the territory does not dialogue directly with the reality of local actors and that the environmental area feature is an external design that is poorly incorporated into public policies that assist the Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros.

Keywords: Territory. Public policy. Territorial development. Environmental identity.

## **ABREVIATURAS**

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DPMR - Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FUP – Faculdade UnB Planaltina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

ONGs – Organizações não governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBF – Programa Bolsa Família

PBSM – Programa Brasil sem Miséria

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROINF – Ação Orçamentária Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento ao Agricultor Familiar

PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTC – Programa Territórios da Cidadania

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SPM/PR - Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República

TCCV – Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros

UnB – Universidade de Brasília

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1. Apresentação.....	12
1.2. Justificativa .....	14
1.3. Objetivos.....	14
1.3.1. OBJETIVO GERAL.....	14
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1. Identidade ambiental como estratégia de valorização territorial .....	16
2.1.1. O TURISMO RURAL.....	18
2.1.2. AGRICULTURA ALTERNATIVA.....	19
2.2. O território da cidadania chapada dos veadeiros.....	20
2.2.1. FORMAÇÃO DO COLEGIADO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CHAPADA DOS VEADEIROS .....	23
2.2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CHAPADA DOS VEADEIROS .....	24
2.3. Breve histórico da política de desenvolvimento territorial no brasil.....	26
2.4. Núcleos de extensão em desenvolvimento territorial (nedets).....	29
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>33</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>35</b>
4.1. Identidade ambiental e valorização social. ....	35
4.2. A realidade do território da cidadania chapada dos veadeiros .....	36
4.3. A política de desenvolvimento territorial no brasil.....	37
4.4. A visão dos nedets e dos agentes externos sobre o território .....	38
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>41</b>

## **A IDENTIDADE AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CHAPADA DOS VEADEIROS ATRAVÉS DA VISÃO DOS NEDETS**

### **1. INTRODUÇÃO**

#### **1.1. Apresentação**

A abordagem sobre o rural tem ganhado cada vez mais espaço e atenção no Brasil devido a inflamação demográfica em áreas urbanas, ocasionada pelo êxodo rural da população em busca de novas oportunidades de emprego. As cidades ficaram cada vez maiores e com isso, a população remanescente nas áreas rurais foi esquecida pelo governo e não assistida por políticas públicas durante muitos anos.

Porem a partir dos movimentos sociais e da mudança na conjuntura política brasileira na primeira década do século XX os espaços rurais puderam ser reaproximados da política e reintegrados, mesmo que timidamente, com a população urbana do país. A partir desse cenário foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que tem como área de competência os assuntos relacionados com a reforma agrária e a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural.

Destinado a atender a grande demanda de municípios rurais existentes no Brasil, o MDA cria o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) no Brasil, que tem por objetivo a descentralização de políticas públicas dos núcleos urbanos e adaptação dessas políticas com o meio rural em um viés de intersectorialidade, para promover a dinamização das economias nos territórios rurais.

O PRONAT trabalha através da promoção do desenvolvimento rural sustentável, arranjanado em territórios os municípios que possuem características em comum ou que estejam relativamente próximos um dos outros. O objetivo da abordagem em um viés territorial confere em descentralizar as políticas públicas das grandes metrópoles e centraliza-las em um âmbito intermediário entre capitais e municípios, chamado de território.

Atualmente, percebe-se que as políticas públicas estabelecidas para os territórios rurais encontram-se defasadas, pois, apesar da característica territorial

rural em comum, cada um possui uma identidade própria que deve ser considerada no momento de formulação e/ou adaptação de tais políticas para determinado território.

Castells (1999) definiu identidade como “o processo de construção de significados pautados nos atributos culturais ou como conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado.” Portanto, se torna necessário resgatar o processo histórico de ocupação da região, a constituição de seus grupos sociais e formas de organização social e política, os conflitos sociais, as manifestações culturais, o ambiente natural e os recursos, tendo em vista compreender de que forma esses aspectos se inter-relacionam, atribuindo-lhes significados que indicam pertinência territorial.

A identidade territorial se torna então essencial para estabelecer políticas públicas específicas para o território e ainda contribuir para incorporação de práticas relacionadas a história da região, atribuindo valores ao recursos existentes e proporcionando um espaço de protagonismo dos atores locais. Para isso, é necessário conhecer o histórico do território e, com isso, evitar que políticas pré-estabelecidas de forma genérica e não aplicáveis àquela realidade se concretizem no território.

A adoção do desenvolvimento territorial como estratégia de execução dos programas governamentais considera a identidade um elemento fundamental do território, relacionando-a com suas origens, modos de produção e ocupação dos espaços, com o contexto social e com um futuro mais solidário e independente para os trabalhadores do setor rural.

O presente trabalho tem por objetivo avaliar como se deu a consolidação de identidade ambiental como característica principal do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros (TCCV) - GO e ainda compreender como essa visão, concebida através de um olhar externo, dialoga com a realidade do território.

## **1.2. Justificativa**

A abordagem territorial traz uma nova perspectiva de desenvolvimento rural pois descentraliza as políticas públicas dos órgãos estaduais e as leva para um âmbito menor, o território. A partir daí, a população de pequenos municípios, que normalmente apresentam índices críticos de pobreza, tem acesso a essas políticas.

A combinação de gestão social, inclusão produtiva e governança nos territórios, depende e pressupõe a participação dos cidadãos nas decisões. Essa condição leva aos espaços de decisão muitos temas que dialogam com a identidade territorial, como a questão ambiental, social e cultural.

O Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros é conhecido externamente por sua exuberante biodiversidade e sua riqueza cultural, atribuindo ao território como sua principal característica a identidade ambiental. Entender como a identidade desse território foi constituída pode facilitar o processo de encontrar parcerias que contribuam para o fortalecimento da estratégia territorial e para o enfrentamento da pobreza rural, existente em praticamente todos os territórios rurais brasileiros. Além disso, a identidade de um território é capaz de estabelecer políticas públicas voltadas para aquele território de forma específica e singular, diminuindo assim o risco de programas e projetos engessados que não se aplicam à realidade concreta do território.

## **1.3. Objetivos**

### **1.3.1. Objetivo geral**

O Objetivo geral do estudo consiste em avaliar como se construiu a identidade do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros e verificar se a temática ambiental foi incorporada em sua concepção.

### **1.3.2. Objetivos específicos**

1. Discutir sobre identidade ambiental como estratégia de valorização territorial no território estudado.
2. Apresentar a realidade do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros;

3. Apresentar um breve histórico sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil;
4. Apresentar a visão do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) e de demais agentes externos sobre o Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros e verificar se essa visão dialoga com a realidade do território.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Identidade ambiental como estratégia de valorização territorial

Segundo Abramovay (1998), “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

Castells (1999) definiu identidade como “o processo de construção de significados pautados nos atributos culturais ou como conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado.” Portanto, se torna necessário resgatar o processo histórico de ocupação da região, as formas de organização social e política, conflitos sociais, manifestações culturais e o ambiente natural, tendo em vista compreender de que forma esses aspectos se inter-relacionam, atribuindo-lhes significados que indicam pertinência territorial.

Entender como se construiu a identidade de um território pode servir como uma ferramenta de auxílio à conservação, pois é através dos sentimentos desenvolvidos pelos aspectos naturais da paisagem que o indivíduo constatará os benefícios do cuidado para com o meio ambiente. Essa afirmação se manifesta ao considerar que:

Podemos ser profundamente influenciados pelas coisas da natureza, certa colina ou montanha, o vale de um rio, uma baía, ou um lago, podem oferecer profundo foco emocional para a vida de uma pessoa, família ou comunidade. Talvez, aí resida o verdadeiro sentido da ecologia enquanto uma ciência que pense o melhor para a Terra, logo para todos os filhos dessa Terra. Pois, o princípio de aproximação, reconhecimento e relação direta com o ambiente não permitiria a perturbação do meio. Isso pode ocorrer com a natureza que se encontra perto de nós, revelando em nós uma ecologia da alma e do coração (MOORE, 1993, p. 34, *apud* NETO, 2000 p. 72).

Sabe-se que o ser humano é um produto de interações biológicas dirigidas por processos naturais que tem sua vivência aliada com a natureza e depende dela para sua sobrevivência. Portanto para estabelecer a identidade de um território é necessário também levar em consideração a maneira como o homem se relaciona com o meio.

A partir de uma relação harmônica estabelecida entre o homem e a natureza, torna-se possível uma mudança no modelo de produção agrícola adotado atualmente, atribuindo valor aos recursos oferecidos pela terra de forma sustentável e

consciente. Essa mudança é necessária visto que o consumismo vem sendo cada dia mais incentivado, resultando no esgotamento dos recursos naturais e contribuindo para uma crise ambiental.

Para Maldonado (1971), a crise ambiental é mais uma crise de sociedade do que da natureza. Essa posição traz para o campo do debate a sociedade e sua atuação e responsabilidade diante das questões ambientais, que não são somente da natureza em si, mas são também sociais, políticas, econômicas e ecológicas. Deve-se agir no sentido de garantir mudanças significativas para a construção de um modelo societal mais justo social e ambientalmente.

Tais mudanças apresentam um novo olhar sobre o espaço, pleiteando um rearranjo quanto ao uso dos recursos naturais. Este remeteria a um olhar amplo, não restringindo-se ao agrícola propriamente, mas utilizando de maneira criativa o que a natureza disponibiliza, proporcionando um espaço de troca entre as partes, onde ambos se beneficiam.

As discussões em torno da crise colocam na pauta a superação de paradigmas, numa visão contra-hegemônica, e neste contexto surgem debates que incluem as comunidades tradicionais e seu papel estratégico, devido ao forte vínculo que elas possuem com a natureza e a biodiversidade do Cerrado. A interação com o meio ambiente se deu num contexto de longa duração de convivência com plantas, animais, águas e paisagens.

As experiências de vida (saberes e fazeres) dessas comunidades estão fortemente associadas ao Cerrado e sua biodiversidade. O Cerrado sempre foi utilizado por elas, seja para atender condições de subsistência ou na geração da renda familiar. Porém para esses atores, o uso do Cerrado deve ser feito de forma responsável, garantindo sua preservação para as atuais e futuras gerações.

Visando conciliar a conservação da biodiversidade com a inclusão social e produtiva nos espaços rurais, soluções alternativas de geração de emprego e renda são pensadas para serem aplicadas em territórios rurais. Entre elas pode-se citar a

agricultura sintrópica<sup>1</sup> e o turismo rural, ambos associados à interação do homem com o meio e principalmente à influência do meio ambiente na identidade de uma sociedade.

### **2.1.1. O turismo rural**

O turismo rural constitui-se em uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais. Pode-se afirmar que o turismo rural consiste em proporcionar atividades de lazer realizadas neste ambiente. Este conceito genérico pode englobar, entre outras, as modalidades do turismo ecológico, o de aventura, o cultural, o social, o de saúde e o turismo esportivo (Campanhola e Graziano da Silva, 1999).

Independente do modelo adotado, o aspecto decisivo a ser considerado refere-se ao aproveitamento do ambiente propriamente rural e à disseminação da cultura protagonizada pela população local. Essa interação de culturas distintas proporciona uma rica troca de conhecimento entre as partes.

A EMBRATUR (1994) considera que o turismo rural inclui todas as atividades – alternativas, domésticas, agroturismo, turismo – organizado pelos habitantes do território e é “compreendido como sendo toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional.” (MENDONÇA et al., 2002).

Rodrigues (2001) classifica o turismo em duas correntes distintas: tradicional (de origem agrícola, pecuária e colonização) e contemporâneo (hotéis-fazendas, spas rurais, segunda residência). Para que haja uma real valorização da cultura e do meio ambiente pelo turista, faz-se necessário o protagonismo da população local. Cavaco (2001, p. 28-29) faz uma importante observação ao afirmar que o turismo em “espaço rural tem pouco significado em termos de turismo e seus efeitos econômicos”. Essa constatação se dá devido aos fatos que encontramos em quase todo o Brasil, onde se caracterizam o turismo rural contemporâneo, quando o ideal

---

<sup>1</sup> A agricultura sintrópica é uma tentativa de harmonizar as atividades com os processos naturais da vida, considerando um gasto mínimo de energia, eliminando o uso de maquinaria pesada, agrotóxicos ou fertilizantes químicos.

seria o turismo rural tradicional, no qual o turista vivencia as atividades desenvolvidas na propriedade rural.

### **2.1.2. Agricultura alternativa**

A agricultura, por natureza, está diretamente relacionada aos recursos naturais, interagindo e compondo o meio ambiente. Segundo Beus e Dunlap (1990), a agricultura convencional pode ser definida como uma agricultura de capital intensivo, de larga escala, altamente mecanizada favorecendo as monoculturas e o uso extensivo de defensivos agrícolas, com criação intensiva de animais.

O modelo agrícola atual é portanto contraditório, pois ao mesmo tempo em que visa aumentar a produtividade, ignora os impactos ambientais e sociais decorrentes de sua forma de cultivo. Em outras palavras, a continuidade da agricultura convencional implica em redução de disponibilidade de recursos para as gerações futuras.

Em detrimento do modelo atual de agricultura, surge a agricultura alternativa, que resume-se ao conjunto de modelos agrícolas que buscam produzir de maneira sustentável. A partir dessa abordagem, Ernst Götsch tem desenvolvido um modelo de agroecossistema dirigido pela sucessão natural, chamada de agricultura sintrópica (PENEIREIRO, 1999). Dentre seus fundamentos, este tipo de agricultura encontra na sintropia uma forma de direcionar seus cultivos, propiciando sistemas de convergência de energia. Ou seja, sistemas, que na contra-mão das vias entrópicas, sejam catalisados pelo ser humano no sentido de encontrar a abundância, a auto-organização e a diversidade. (GÖTSCH, 1997; PENEIREIRO, 1999).

Esse sistema é capaz de gerar uma diversidade de alimentos através da produção em consórcio, onde o objetivo do plantio não restringe-se apenas à colheita em si, mas ao processo como um todo. Em um mesmo espaço, são plantadas espécies frutíferas, nativas, hortaliças, leguminosas, entre outras. Além disso, esse modelo é responsável por reintegrar o homem ao seu habitat natural, além de relembrar, através da observação contínua, como se dá o ciclo natural da vida.

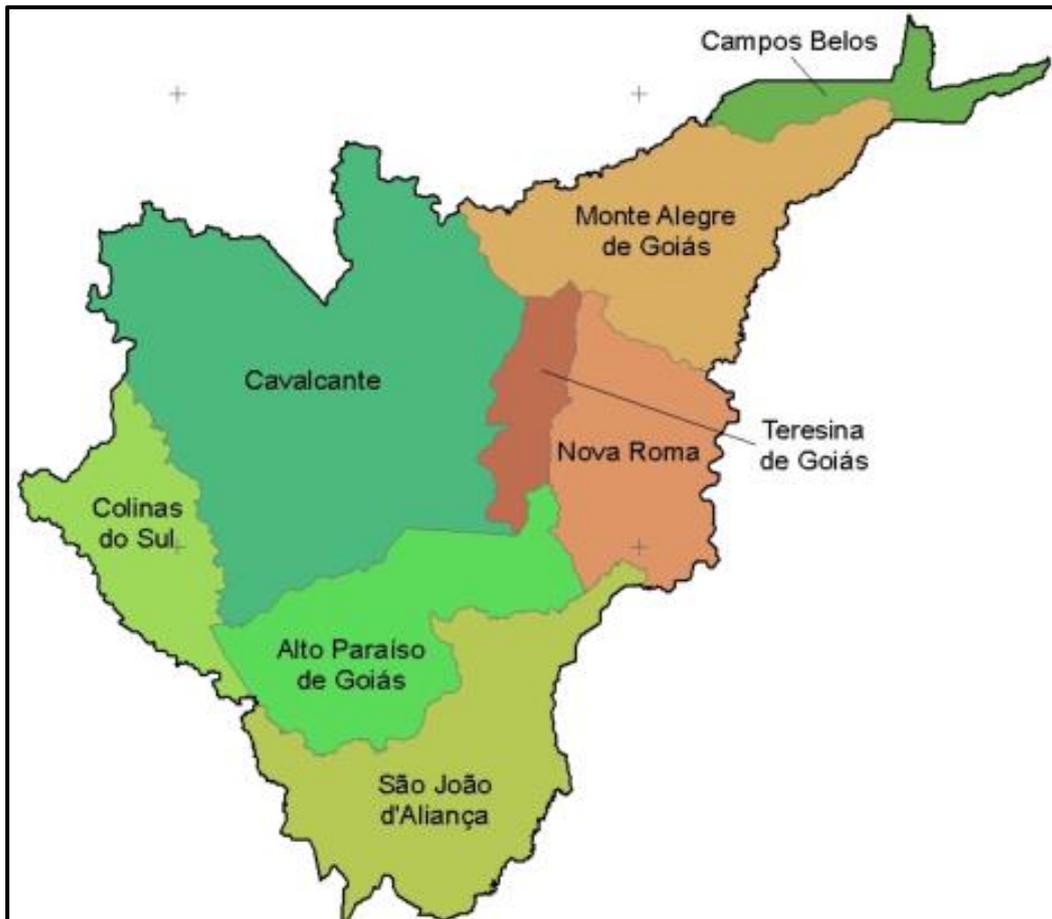
O contexto ambiental, social e cultural rural foi empobrecido pela “modernidade” agrícola e hoje, busca uma revitalização após a tentativa de incorporação pelo urbano. Atualmente, um novo conceito de rural, com problemas ambientais comuns aos da cidade, vem surgindo, e com ele a necessidade por uma nova agricultura.

## **2.2. O Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros**

O Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros – GO localiza-se na região Nordeste do Estado de Goiás, tradicionalmente conhecida por ser um dos maiores paradoxos territoriais: por um lado resguarda uma bela reserva natural e por outro há a carência de políticas públicas e esquecimento do Estado, transformando-o em um território extremamente precário para a população local. Segundo Carvalho (2004, p. 01),

essa região posiciona-se hoje como uma das que guardam as maiores riquezas naturais do estado de Goiás, fato que lhe consagrou o título, pela UNESCO, de Reserva da Biosfera de Goyas, além da sua inserção no documento das Ações Prioritárias para a conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal. É esse reconhecimento, enquanto patrimônio ambiental, que dá a essa região uma contraditória qualificação: uma pobreza econômica versus uma riqueza ambiental/cultural. Esta última começa a ser reconhecida por agentes externos que percebem que os melhores atrativos ecoturísticos estão, por excelência, concentrados em áreas “isoladas” como essa do Nordeste Goiano.

O território é composto por oito municípios: São João d`Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma e Teresina de Goiás. Sua população total é de 62.656 habitantes dos quais 20.546 vivem na área rural, o que corresponde a 32,79% do total. Possui 3.347 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 6 comunidades quilombolas e 1 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68, índice inferior à média do estado de Goiás, que em 2.000 foi de 0,776, ocupando a sétima posição no ranking dos estados brasileiros. (SIT, MDA, 2015).



**Figura 1** – Mapa do Território Chapada dos Veadeiros. **Fonte:** Base Cartográfica: IBGE, 2006; Base Territorial: SDT/MDA 2009.

A comunidade tradicional predominante na Chapada dos Veadeiros é a Kalunga<sup>2</sup>. A comunidade Kalunga é remanescente do quilombo mais importante em termos numérico e histórico da região Centro-Oeste e está entre as maiores do país. Ocupa uma área de 253,2 mil hectares nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, com uma população estimada em aproximadamente quatro mil habitantes (ANJOS E CYPRIANO, 2006).

O Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros é conhecido tradicionalmente por suas características ambientais, devido ao conjunto de riquezas naturais (cachoeiras, formações rochosas, espécies exóticas) que ele possui. Ao longo dos anos, o território foi marcado pela forte presença de ambientalistas que migraram de outras regiões para a Chapada dos Veadeiros por diversos fatores,

<sup>2</sup> Em 1995, o Governo de Goiás demarcou cerca de 202.000 ha, por meio da Lei Complementar no 19. No ano 2.000, o Governo Federal emitiu Título de Reconhecimento de Domínio sobre a área de 253.191,72 há de terras Kalungas.

decorrentes principalmente da causa ambiental existente, porém esses atores concentram-se no município de Alto Paraíso.

O território se constitui em forte atração turística, sendo marcado principalmente por três aspectos: pela condição exotérica e mística existente no território devido à estrutura de cristais que serve de alicerce para o município de Alto Paraíso; pela cultura tradicional local, como exemplo pode-se citar o encontro das culturas, evento que ocorre anualmente no território e reúne os mais diversos tipos de culturas do Centro-Oeste; e pelas várias atrações ecológicas presentes no território, como: o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, as cachoeiras, as águas termais, as formações rochosas e a exuberante beleza natural.

Faz-se necessário salientar que os municípios que compõem o Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros, apesar de se restringirem a oito, são bastante distintos entre si. O município de Alto Paraíso, por exemplo, é considerado o santuário goiano da ecologia, do misticismo, das terapias naturais, do espiritualismo e da paz, resguardando uma exuberante natureza que esconde cenas quase mágicas, como o pôr do sol, as montanhas, os canyons, as cachoeiras e as minas de cristal. Sua população é marcada por ambientalistas que migraram de outras regiões em busca de um estilo de vida que agregue harmonia e equilíbrio com a natureza.

Em outra concepção há o município de São João d'Aliança, o qual se distancia de Alto Paraíso em aproximadamente 70km, com uma realidade completamente distinta, onde o agronegócio é fortemente incentivado e o vínculo com a natureza é estritamente ligado ao lucro. Percorrendo a estrada que liga um município a outro, nota-se a presença de monoculturas de soja e milho, cultivados pelas grandes agroindústrias que se estabeleceram no território.

Essa diferença de realidades põe em pauta o conflito de identidade e interesse existente no território. E esse conflito não se restringe às duas vertentes citadas. Há ainda as comunidades quilombolas, os assentados da reforma agrária, a comunidade indígena, os agricultores familiares, entre outros. Essa discrepância interfere diretamente a forma de organização e ordenamento da governança do território.

### **2.2.1. Formação do Colegiado Territorial do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros**

O Colegiado Territorial do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros é um instrumento estratégico de fundamental importância para que o território possa ampliar sua capacidade de controle social sobre as ações desenvolvidas. Este pode proporcionar a emancipação social e política do território sobre suas ações, elencando suas necessidades e propondo projetos e ações de acordo com suas necessidades. É um instrumento que garante a legitimidade, a liberdade e a autonomia social necessárias para o cumprimento da democracia social no território.

O Território Cidadania Chapada dos Veadeiros é composto por três instâncias: plenária, núcleo diretivo, e núcleo técnico. A participação nas instâncias corresponde proporcionalmente aos municípios envolvidos. O colegiado territorial é composto na proporção de oito representantes efetivos e oito suplentes por município e tem caráter paritário em relação às entidades da sociedade civil (Estado/Sociedade Civil).

Como Estado, entende-se as entidades públicas da administração direta, indireta ou vinculada aos níveis federal, estadual e municipal de governo, bem como aquelas de caráter associativo que representem direta ou indiretamente essas categorias. Como Sociedade Civil, compreende-se aquelas, representativa de grupos sociais, de grupos de interesses, de grupos de vizinhança, de grupos de identidade social, étnica, geracional e de gênero.

Além da representação por município, o núcleo diretivo do território conta ainda com uma executiva geral para assumir os seguintes postos: coordenador geral; vice coordenador; secretário geral; segundo secretário. O coordenador e vice são responsáveis pela estruturação, organização e planejamento do território. Já os secretários são responsáveis pela elaboração das atas, arquivamento de documentos, secretariar trabalhos do núcleo diretivo e técnico, entre outras funções afins. O núcleo técnico também conta com os postos de coordenador e vice coordenador.

Todos os representantes que constituem o Território de Cidadania Chapada dos Veadeiros no âmbito do poder público e da sociedade civil são indicados

formalmente, através da plenária, por suas respectivas instituições, com indicação de uma titularidade e uma suplência, garantindo a participação mínima de 30% de gêneros por município na titularidade do colegiado.

Até o presente momento a composição do colegiado territorial do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros foi rearranjada três vezes, nos anos de 2011, 2013 e 2015. Até o ano de 2015, além do colegiado territorial, o território contava ainda com o apoio de um articulador territorial, que auxiliava a coordenação do território em diversas questões, tais como: realização de plenárias, disseminação de informação, suporte técnico, entre outras. Atualmente não há um articulador no território devido ao corte no orçamento do MDA.

### **2.2.2. Políticas públicas e programas de incentivo ao desenvolvimento territorial rural no Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros**

Entende-se por políticas públicas os conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Em decorrência da abordagem territorial, algumas políticas públicas e programas governamentais foram pensados e destinados ao meio rural brasileiro. Entre elas pode-se destacar A Ação de Apoio a projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), consolidado como a primeira política efetivada nos territórios. O PROINF, operacionalizada pela SDT/MDA, tem contribuído para a qualificação de processos produtivos e econômicos da agricultura familiar nos Territórios Rurais.

Parcerias com estados e municípios têm apoiado a aquisição de equipamentos e a construção de infraestrutura para a produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da agricultura familiar. Estes resultados posicionam o PROINF como importante instrumento indutor dos processos de inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda e de autonomia econômica de famílias e empreendimentos da agricultura familiar nos Territórios Rurais.

Além do PROINF, pode-se citar outras políticas e programas promovidos pelo governo federal a nível territorial, que têm contribuído para a valorização dos agricultores familiares, entre elas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Brasil sem Miséria (PBSM), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), todos eles pensados e destinados à agricultura familiar.

Algumas dessas políticas foram contempladas no Território Chapada dos Veadeiros, entre elas:

MUNICÍPIO	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – FAMÍLIAS BENEFICIADAS	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – VALOR EM R\$	PRONATEC – MATRÍCULAS ACUMULADAS A PARTIR DE NOV/2011	PAA – VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)
Alto Paraíso de Goiás	596	105.046,00	196	-
Campos Belos	2.152	306.701,00	59	-
Cavalcante	1.238	221.359,00	16	25.998,30
Colinas do Sul	459	90.772,00	22	156.000,00
Monte Alegre de Goiás	1.191	207.932,00	48	-
Nova Roma	484	90.154,00	71	-
São João d'Aliança	1.051	169.277,00	0	383.500,00
Teresina de Goiás	477	106.502,00	52	266.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.648</b>	<b>1.297.743,00</b>	<b>464</b>	<b>831.998,30</b>

**Tabela 1** - Mapeamento das políticas públicas no Território Chapada dos Veadeiros. **Fonte:** Base Cartográfica: IBGE, 2006; Base Territorial: DETER/SDT/MDA; Elaboração: CGMA/SDT/MDA, março/2015.

MUNICÍPIO	ATER – N DE TÉCNICOS	CRÉDITO FUNDIÁRIO VALORES (R\$)	PRONAF – VALORES (R\$) (2013-2014)
Alto Paraíso de Goiás	2	-	1.812.797,43
Campos Belos	1	-	1.170.946,85
Cavalcante	0	-	4.656.866,16
Colinas do Sul	0	-	1.741.691,30
Monte Alegre de Goiás	0	-	2.177.490,74
Nova Roma	4	-	587.675,25
São João d'Aliança	4	-	2.042.634,71
Teresina de Goiás	0	-	234.398,04
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>0,00</b>	<b>14.424.491,48</b>

**Tabela 2** – Investimento em políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. **Fonte:** Banco Central do Brasil (jan/2015); SIATER/MDA (jan/2015); SRA/MDA (nov/2014).

Atualmente o território Chapada dos Veadeiros encontra-se na situação de carência de políticas públicas que atendam as necessidades básicas da população local. A política territorial, através da SDT/MDA, estabeleceu parcerias que ainda dão continuidade à política territorial, tais como os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) e a ECOCUT. Porém tais parcerias não são capazes de atender às questões mais críticas do território, tais como: infraestrutura, educação, saúde e meio ambiente, que contribuem para o êxodo rural, principalmente da juventude.

### **2.3. Breve histórico da política de desenvolvimento territorial no Brasil**

A discussão voltada para o meio rural teve início durante a última década do século XX, porém em 2003 tomou força com a criação de uma secretaria, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para elaborar e executar um programa para o desenvolvimento rural com abordagem territorial.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) surgem com a missão de valorizar a agricultura familiar, enfrentar a pobreza rural e as desigualdades regionais, integrar as políticas públicas com um viés de intersectorialidade e promover a dinamização das economias nos territórios rurais. Essa demarcação territorial facilitaria o acesso de comunidades rurais que se distanciam das grandes cidades e contribuiria também para o governo que por sua vez não consegue atender a grande demanda de municípios existentes no país<sup>3</sup>. De acordo com o conceito oficial, território corresponde a:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam a coesão social, cultural e territorial (Brasil, MDA/SDT,2005).

A criação de uma secretaria exclusiva destinada ao desenvolvimento territorial, trouxe algumas mudanças estruturais na conjuntura política dos municípios. Uma dessas mudanças diz respeito aos conselhos municipais, que passaram a exigir a criação dos colegiados territoriais e os investimentos de infraestrutura foram arranjados em agregados de municípios. Além disso, a política territorial incluiu fortemente a participação social na gestão do programa. (FAVARETO, 2011).

A política ganhou força com o PRONAT, porém um marco essencial foi o Programa Territórios da Cidadania (PTC), que surgiu em 2008 com o intuito de dinamizar as ações territoriais e apresentar para o Brasil os territórios rurais. O PTC tem por objetivo a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural promovendo a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, por meio do planejamento e integração de políticas públicas. Esse programa foi criado após o mapeamento dos territórios rurais no Brasil, pois ficou claro que alguns territórios mostravam-se economicamente mais instáveis que outros e, com isso, necessitavam de atenção emergencial com ações mais focadas e articuladas. Ao todo foram 165 territórios cadastrados como rurais e 120 como território da

---

<sup>3</sup> Atualmente existem 5.570 municípios em todo território nacional. (IBGE, 2006)

cidadania, entre eles o Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros. (MDA, 2015).

O PTC ampliou o programa Territórios Rurais, que anteriormente se restringiam apenas às ações do MDA e ao diálogo com entidades interessadas pelas questões do campo. Para os Territórios da Cidadania, foram direcionadas ações originárias de vinte e dois ministérios do governo federal que, para a sua realização, contam também com a participação de organizações privadas. Para os Territórios Rurais, o PRONAT corresponde à ação central, enquanto o programa Territórios da Cidadania compreende diversas outras ações como o Bolsa Família, o Benefício da Pessoa com Deficiência, o Benefício da Pessoa Idosa, o Programa de Aceleração do Crescimento, o Luz para Todos, políticas de saúde e de educação, entre outras. (CARVALHO, A. e DAVID, C. 2011).

Os Territórios da Cidadania baseiam-se na estratégia de desenvolvimento regional sustentável e na garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais necessitam de políticas públicas, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. O programa funciona com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido para os territórios rurais, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinou um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações voltadas ao desenvolvimento territorial rural. (SIT, MDA).

Após a criação do PTC, a política territorial ganhou maior ímpeto e diversas políticas públicas foram pensadas para atender exclusivamente aos territórios rurais em detrimento de políticas voltadas para o meio urbano, já que a realidade entre ambos é distinta. Com a política territorial estabelecida, foi possível conhecer, em nível nacional, a agricultura familiar, pauta desconhecida pela maioria da população urbana do país.

Os Territórios da Cidadania, além de promoverem uma integração entre os atores locais, buscam capacitar os agricultores familiares do território para que a forma de produção seja equilibrada com o meio ambiente, seguindo um modelo sustentável de produzir alimentos. A maioria desses agricultores já trabalham com a

terra há anos, porém, a capacitação é necessária para facilitar esse trabalho, otimizar os custos e preservar a biodiversidade. Além disso, a política territorial busca levar não apenas capacitação produtiva, mas também estimular a sociedade a se apropriar cada vez mais dos espaços públicos para formulação, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas.

#### **2.4. Núcleos de extensão em desenvolvimento territorial (NEDETs).**

A política territorial é marcada por parcerias estabelecidas entre o MDA e os demais ministérios e instituições que auxiliam na articulação de políticas públicas bem como na capacitação dos atores envolvidos no processo. Durante os primeiros anos da política territorial no Território Chapada dos Veadeiros, algumas instituições trabalharam como parceiras do território na execução das atividades propostas pelo MDA, entre elas: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER – GO), também denominada Agência Rural, que era o primeiro proponente de propostas do PROINF; a ECOCUT, que é parceira do território desde sua concepção e continua atuando efetivamente no território; o Instituto Jalapão, que auxiliou o território em sua articulação durante dois anos (de 2013 a 2015); e a Universidade de Brasília, que atua como fortalecedor da política territorial por meio dos NEDETs.

Os NEDETs são constituídos a partir da parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – (CNPq), o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Territorial e da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), e a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), através da chamada pública nº 11/2014, na qual convidou os interessados a apresentarem propostas nos termos estabelecidos em conformidade com o regulamento.

Esta chamada foi lançada para apoiar financeiramente projetos de implementação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A proposição de uma chamada pública nos moldes apresentados justifica-se pela necessidade de qualificação dos processos de gestão social fomentados pela política de desenvolvimento territorial e de fortalecimento das ações de extensão universitária nas universidades. Em todo esse processo fomentou-se as perspectivas de igualdade entre mulheres e homens, desvendando mecanismos de desigualdades e discriminações que restringem as oportunidades do gênero feminino de construir sua participação social e sua autonomia econômica.

A capacitação desses profissionais visa dotá-los de instrumentos e métodos para realizar as ações de assessoria aos colegiados territoriais, tanto as relacionadas à gestão social quanto às que dizem respeito às atividades de inclusão produtiva e inclusão de gênero. O programa foi implementado por meio da articulação institucional e operacional de universidades públicas federais e estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos territórios e da SDT/MDA.

O objetivo do trabalho realizado pelos NEDETs é contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil rural, apoiando os colegiados territoriais, que contam com a participação do poder público e da sociedade civil. As ações realizadas com essas parcerias buscam beneficiar agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, através de financiamentos individuais ou coletivos, com taxas de juros abaixo da inflação, além de facilitar a execução de atividades agropecuárias e de contribuir para o aumento da renda e da melhoria da qualidade de vida no campo.

A equipe do NEDET é composta por: um coordenador(a) geral, um coordenador(a) de núcleo, um assessor(a) social, um assessor(a) produtivo, um assessor(a) de gênero e um estudante extensionista. Essa equipe é destinada a trabalhar, juntamente com o colegiado territorial, para apoiar as ações territoriais e contribuir para a articulação do território, visando a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e inclusão social.

O Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros conta com o apoio dos NEDETs – TCCV, que atuam através da Universidade de Brasília (UnB) pela

Faculdade UnB de Planaltina (FUP). O trabalho dos NEDETs no território se iniciou em de 2015 e postergará até 2017.



**Figura 2** - Plenária do TCCV no município de Teresina – GO que aconteceu em 3 de Dezembro de 2015. **Fonte:** Acervo pessoal.



**Figura 3** - Incursão dos NEDETs nos assentamentos da Chapada dos Veadeiros. **Fonte:** Acervo pessoal.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do presente estudo refere-se a um levantamento bibliográfico. Segundo Cervo e Silva (2007) a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema” (CERVO e SILVA, 2007, p.61).

Foi necessário uma revisão de literatura sobre os principais temas apresentados no trabalho, tais como: identidade ambiental, desenvolvimento territorial rural, políticas públicas, entre outros temas considerados relevantes para a pesquisa. Essa revisão literária deu-se através de materiais impressos e digitais, buscando compreender a complexidade do território em análise. Inclui-se nessa revisão bibliográfica uma leitura crítica do Plano de Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado pela ECOCUT em 2011. O plano traz em si um breve histórico sobre o Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros e ainda um planejamento de ações futuras acerca do território. A leitura do plano conduziu para um primeira inclinação quanto a definição de identidade ambiental como característica principal do território.

Referente ainda aos procedimentos metodológicos adotados para a elaboração deste trabalho, utilizou-se a abordagem qualitativa, com dados descritivos, analisados de maneira ampla e flexível, observados a partir de uma complexa realidade vivenciada no Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros. De acordo com Ludke e André (1995) a abordagem qualitativa:

[...] utiliza o ambiente natural como fonte direta de dados, supõe o contato do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada, além de envolver dados descritivos obtidos no contato direto do pesquisador, que por sua vez dá maior ênfase ao processo do que ao produto, destacando assim a preocupação de retratar a perspectiva dos participantes (LUDKE e ANDRÉ, 1995, p.13).

A pesquisa qualitativa foi assumida em forma de estudo caso, e procurou relatar de maneira analítica diferentes pontos de vista de uma situação concreta. Para Ludke e André (1995), o estudo de caso na análise qualitativa busca “[...] Retratar a realidade de forma completa e profunda, procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo” (LUDKE e ANDRÉ, 1995, p. 19).

Em relação a coleta de dados, a pesquisa foi feita através de entrevistas semi – estruturadas, com atores externos que praticam o turismo rural no Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros. Esses atores responderam a um questionário aberto de 5 perguntas que buscou compreender qual a visão do entrevistado sobre o território. Posteriormente foram feitas entrevistas com atores internos que acompanharam a trajetória percorrida pelo território ao longo desses 7 anos de política territorial. Essas entrevistas foram realizadas para fins de comparação entre a identidade atribuída ao território e a identidade real vivenciada pela população local do território.

A coleta de dados (entrevistas e observação participante) foi realizada em visitas in loco ao Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros através de viagens proporcionadas pelo NEDET – TCCV, que ao longo de 1 ano acompanhou o colegiado territorial. A observação participante em plenárias e grupos de discussão permitiu a construção individual a respeito da identidade do território estudado, pois foi observado o conflito de interesse e de identidade presentes no território.

Assim, em acordo com o critério de pesquisa definido, utilizando-se das referências a cerca do tema e correlacionando-as com as respostas obtidas pelos entrevistados, foram realizadas as análises problematizadas no decorrer da pesquisa.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1. Identidade ambiental e valorização social.**

Com relação ao objetivo que discute a identidade ambiental como estratégia de valorização social, mostrou-se que a identidade de um território pode contribuir para o desenvolvimento social, ambiental e político do mesmo, atribuindo significado aos recursos e às formas de organização social estabelecidas. Conhecer o ambiente e atribuir valor ao território é uma das primeiras formas de conservação da paisagem natural.

Por meio dos sentimentos empregados a um território, pode-se estabelecer metodologias de ação, propostas sensibilizadoras, atividades educacionais, entre outras abordagens que fomentem no ser o respeito e a disseminação de atitudes corretas e benéficas ao meio ambiente. A probabilidade da eficácia e sucesso de quaisquer ações voltadas à preservação ambiental é maior ao passo que o público alvo conheça a identidade do território através de sua história e da percepção do ambiente contextualizado.

No Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros, a identidade territorial, dada como ambiental, não é incorporada no momento de tomada de decisão quanto aos assuntos pertinentes ao território. As políticas públicas que atendem o território são pensadas de forma genérica, empregadas em todos os territórios rurais sem a distinção das singularidades encontradas em cada um.

O território é marcado pela forte presença turística que movimenta a economia de alguns municípios, tais como Alto Paraíso e Cavalcante. O turismo rural pode contribuir para a consolidação de identidade ambiental do Território Chapada dos Veadeiros, incorporando práticas agrosustentáveis que reestabeleçam a relação do homem quanto ao seu meio, disseminando a troca de conhecimentos entre culturas distintas e protagonizando a população local através reconhecimento de sua história.

No território da Cidadania Chapada dos Veadeiros o turismo rural predominante ou quase total, dialoga com o turismo contemporâneo, onde os agricultores familiares e as comunidades tradicionais trabalham como diaristas, caseiros, jardineiros ou guias turísticos. Esses serviços são exercidos pela população local sem nenhum reconhecimento desses atores como protagonistas do território.

A identidade ambiental é pouco conhecida pelos moradores do território. O turismo local, em sua maioria, não é exercido pela população do território. A maioria das pousadas, hotéis, SPA's e restaurantes pertencem a agentes externos de empreendedorismo. O turismo é excludente e a agricultura familiar e as comunidades quilombolas não dialogam com esse setor. A concepção do PTDRS mostra um mundo ideal (patrimônio natural, conservacionismo, riqueza ambiental), que restringe-se à minoria da população territorial, concentrada nos municípios de Alto Paraíso e Cavalcante..

#### **4.2. A realidade do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros**

O Território Chapada dos Veadeiros tem uma particularidade na sua composição política, econômica e social. A base da economia do território gira em torno da agricultura e pecuária, turismo, serviço, comércio e aposentados. Portanto, o território precisa fortalecer essas cadeias. É preciso repensar o foco do desenvolvimento, fortalecendo as organizações da agricultura familiar e dos demais setores produtivos .

Para que isso aconteça o PTDRS deve ser o plano estratégico do território e a sociedade civil deve estar organizada para participar efetivamente da concepção do plano e da formulação de políticas públicas, visto essa é a única forma de se fazer o controle social efetivo da gestão pública. A questão principal a ser pensada é como a identidade territorial pode contribuir para uma mudança na concepção de políticas públicas para o território.

No Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros, o NEDET - TCCV tem contribuído de várias maneiras para a promoção de desenvolvimento local: com a articulação do território; apoiando as plenárias territoriais; fornecendo assistência técnica para elaboração de propostas do PROINF (como exemplo as máquinas de costura que estão sendo utilizadas por cinquenta e seis mulheres no município de Nova Roma) e, ainda, contribuindo para a organização da sociedade civil para que o território consiga continuar com a política territorial mesmo sem o apoio direto do governo.



**Figura 4** - Curso de costura proporcionado pelo NEDET para mulheres do município de Nova Roma.

### **4.3. A política de desenvolvimento territorial no Brasil**

Percebeu-se, ao longo desses sete anos, que a política territorial tem se mostrado efetiva no Território Chapada dos Veadeiros. A população envolvida com a política territorial encontra-se otimista quanto à políticas públicas voltadas para o meio rural com o intuito de minimizar os problemas mais graves tais como analfabetismo, a miséria, a violência, a crise ambiental, entre outros. Além disso, o colegiado territorial vem contribuindo para uma disseminação da informação do território a nível municipal

Outro aspecto importante a respeito da política territorial refere-se a cobrança por parte do MDA para que o colegiado territorial, assim como as câmaras temáticas e os comitês municipais estejam organizados entre si, para que de forma unificada busquem uma melhora para o território. Caso contrário, o território continuaria a mercê do modelo excludente no qual a própria população briga entre si enquanto a os grandes continuam ganhando.

#### **4.4. A visão dos NEDETs e dos agentes externos sobre o território**

Os NEDETs, enquanto empregados a uma pessoa, infere a identidade ambiental como característica principal do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros. Essa visão decorre de dados qualitativos analisados e interpretados no processo de 1 ano de acompanhamento do território, além da análise do plano (PTDRS) que sugere a discussão ambiental como pauta prioritária na concepção de políticas públicas que visem o desenvolvimento rural sustentável.

Na concepção do PTDRS percebe-se a ausência da representatividade social, pois os dados explicitados são bastante técnicos, sem o reconhecimento do que a população interna pensa a respeito do território. Ao mesmo tempo que a política é de planejamento territorial, ela só dialoga com um setor, que é o da produção agrícola. Contudo, o Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros não é propenso a receber a agricultura em larga escala devido as riquezas ambientais existentes. Percebe-se que existe um paradoxo: o ator externo compreende a situação de forma paralela à aquela percebida pela população local. E isso não quer dizer que o território não possui um identidade ambiental, porém fica claro o conflito de identidade existente no território devido à divergência dos interesses e às diferenças sociais estabelecidas

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política territorial trouxe melhorias significativas para o território, principalmente, no que diz respeito ao conhecimento de processos de inclusão e participação social, tornando a sociedade o pilar central da estrutura do território. É de grande importância para o desenvolvimento dos territórios rurais, que a identidade territorial seja concebida e incorporada em cada território, visando o aperfeiçoamento de políticas públicas que atendem as necessidades da comunidade local.

Um dos resultados destas ações para as políticas públicas foi a incorporação do enfoque territorial no planejamento e implementação das ações do governo federal, motivando alguns ministérios a reorientar suas políticas e programas para atendimento aos Territórios da Cidadania, a exemplo do Programa Farmácia Popular, Minha Casa Minha Vida, Pontos de Cultura, entre outros. Ainda, inspirou governos estaduais a adotarem a abordagem territorial para o planejamento e execução de suas políticas públicas.

Contudo, é necessário reconhecer que ainda é preciso avançar na efetivação e integração de políticas públicas, orientando a formulação das mesmas segundo a identidade estabelecida no território, levando em conta a diversidade cultural e o conflito de interesses internos. Por se tratar de um território complexo e heterogêneo, faz-se necessário atender prioritariamente as questões críticas do território, tais como o analfabetismo, a violência racial e de gênero, a miséria e a crise ambiental.

O futuro da política de desenvolvimento territorial exige um significativo avanço na integração das políticas para o Brasil Rural e uma consequente ampliação do universo de ações governamentais, que adotam a abordagem territorial. Isso requer, por um lado, o fortalecimento da articulação institucional entre os órgãos federais e por outro, a consolidação da participação social nos territórios.

As ações de extensão universitária, focadas no apoio técnico, assessoramento e acompanhamento da política territorial têm enorme potencial de qualificá-la em suas atribuições de gestão social de políticas públicas. As questões a serem resolvidas são muitas e sem o apoio do governo a solução para sanar ou reduzir os problemas do território encontra-se cada vez mais distante.

Além do apoio governamental há a necessidade dos atores do território (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidade quilombolas) dialogarem entre si para que a identidade territorial seja incorporada de fato com a realidade do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros e para que o território seja reconhecido por sua história de lutas e conquistas dos atores locais.

## 6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Brasília: IPEA, 1998. 25p. (Convênio FIPE/IPEA). Relatório final.

ANJOS, R.S.A. e Cypriano, A. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência. Aori Comunicação.** São Paulo, 2006. 240p.

BEUS, C. E.; DUNLAP, R. E. **Conventional versus alternative agriculture: The paradigmatic roots of the debate.** rural sociology, 1990. Disponível em: <<http://ezproxy.csu.edu.au/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=ehh&AN=13048528&site=ehost-live>>.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: I Congresso Brasileiro de Turismo Rural. **Anais**, Piracicaba (SP): FEALQ, 1999. p. 9-42.

CARVALHO, G. L. O papel da identidade na formação e no desenvolvimento da região Nordeste Goiano. **Revista Humanidades em Foco**, n. 3. 2003. p. 1-8. Disponível em: <[https://observatorioegoioias.iesa.ufg.br/up/215/o/carvalho\\_giselia\\_lima.pdf](https://observatorioegoioias.iesa.ufg.br/up/215/o/carvalho_giselia_lima.pdf)>. Acesso em 07 mai. 2016.

CARVALHO, A. e DAVID, C. Possibilidade e limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no Território Região Central e no município de Santa Maria/RS. **AGRÁRIA**, São Paulo, 2011, No. 14, pp. 55-77. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/agraria/article/download/55800/59209](http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/55800/59209)>. Acesso em: 16 dez. 2015.

CASTELLS, M. **a era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 411-439. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/6935/4209>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

CAVACO, C. O mundo rural português: desafios e futuros. In: RODRIGUES, A. (Org.) **Turismo Rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p.15-34.

CERVO. A; Luiz. B P. A; SILVA. R da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações. Políticas públicas, atores e agricultura no Brasil – **Desafios e possibilidade em jogo**. 2011. v.1, n.2, p.47-63.

GÖTSCH, E. **Homem e natureza: cultura na agricultura**. Recife: Centro Sabiá, 1997.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1995.

MALDONADO, T. **Meio ambiente e ideologia**. Lisboa: Sociocultura, 1971.

MENDONÇA, M. C. et al. **Turismo no espaço rural**: debate e tendência. Disponível em: < <http://dae2.ufla.br/revista2002.htm> >. Acesso em: 12 abr. 2016.

NETO, M. B. **Ecologia e imaginário**: memória cultural, natureza e submundialização. João Pessoa, Editora Universitária/ Centro de Tecnologia - UFPb, 2000.

PENEIREIRO, F. M. Sistemas Agroflorestais Dirigidos Pela Sucessão Natural : Um Estudo De Caso Sistemas Agroflorestais Dirigidos Pela Sucessão Natural : **Um Estudo De Caso**, 1999. p. 138.

RODRIGUES, A. (Org.). **turismo e inovação em espaços rurais**: estudo de caso da rede europeia de turismo de aldeia. São Paulo: Contexto, 2001. v.20, n.1. p. 35-46. Disponível em: <<https://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/35/35>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

Sistema de informações territoriais. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em 30 jan. 2016.